

Trabalho docente e a educação empreendedora

Elizabeth Gottschalg Raimann
elizabethraimann@gmail.com – UFG

Antonio Bosco de Lima
boscodelima@gmail.com - UFU

Resumo

O presente texto apresenta uma pesquisa de cunho bibliográfico que discute o trabalho docente no contexto da política de ampliação do ensino fundamental. Elucida as práticas empreendedoras e sua repercussão no interior da escola, afetando o trabalho do professor. A análise está apoiada em Kosik (2011), Cêa (2007) e Antunes (2008). Busca, primeiramente, situar o empreendedorismo no liberalismo clássico, a partir das contribuições de Schumpeter (1985). Posteriormente, apresenta diferentes interpretações do que seja, na atualidade, ser empreendedor. Por fim, problematiza o empreendedorismo, via projetos educacionais na escola, desnaturalizando o discurso pelo qual ser empreendedor é ter a possibilidade de exercer a sua cidadania, participando do processo produtivo, conforme Dolabela (2011) em sua pedagogia empreendedora. A análise elucida que, contrariamente ao que se propala, ser empreendedor consiste numa das formas de precarização do trabalho, levando o indivíduo a se responsabilizar unicamente por suas dificuldades financeiras e pelo insucesso naquilo que se propõe a fazer de forma produtiva. Aponta, ainda, as implicações para o trabalho docente quando o professor passa a ser empreendedor de si, o que tende a favorecer as práticas competitivas e graus paulatinos de individualismo, contribuindo para que o sujeito se afaste de uma lógica classista.

Palavras-chave: Trabalho docente. Educação empreendedora. Política educacional.

Teaching work and entrepreneurship Education

Abstract

This paper presents a kind of bibliographical research, aiming at discussing the teachers' work in the context of expansion policy of primary education. It elucidates the entrepreneurship practices and its impact inside the school, affecting the teacher's work. The analysis is supported by Kosik (2011), Cêa (2007) and Antunes (2008). Firstly, it is attempted to situate entrepreneurship in the classical liberalism, taking into consideration Schumpeter's contributions (1985). Secondly, it is attempted to present different interpretations of what could

be entrepreneurship today. Finally, it is discussed entrepreneurship topic via educational projects at school, denaturalizing the discourse, in which being entrepreneur means just having the opportunity to exercise the citizenship by participating in the production process, as Dolabela (2011) affirms in his entrepreneurship pedagogy. The analysis makes clear that, contrary to what it is commented, being an entrepreneur consists in one of the forms of work precarization, leading the individual to be the only one responsible for his/her financial difficulties and failure, in what it is claimed to do in a productive way. It is also shown the implications for teaching work when the teacher becomes an entrepreneur on his/her own, which starts tending to favor competitive practices and gradual degrees of individualism, contributing for the subject to move away from a classicist logic.

Key words: Teaching work. Entrepreneurship education. Educational policy.

Introdução

Pesquisas em torno do trabalho docente não são recentes. A bibliografia nos remete à década de 1990, apontando, nesses vinte anos, uma série de publicações em que a temática continua na centralidade das discussões. Observa-se que o trabalho do professor é analisado sob diferentes aspectos, como profissionalização docente (NÓVOA, 1991; BALZANO, 2007), proletarização do trabalho docente sob o ponto de vista de classe e gênero (ENGUIA, 1991; APLE, 1995; HYPOLITO, 1997), e intensificação do trabalho docente (OLIVEIRA, 2002, 2003; FIDALGO, OLIVEIRA e FIDALGO, 2009). Há, ainda, outras produções relevantes condensadas em dossiês, como na Revista Educação e Sociedade, n. 87 e n. 89 (DOSSIÊ I e II, 2004), e pesquisas recentes realizadas por Gatti e Barreto (2009), Oliveira e Vieira (2010), Gatti, Barreto e André (2011), que tratam, além do trabalho, da formação e da identidade docente, dentre outros aspectos.

A centralidade no professor e no seu trabalho diz respeito não apenas à melhoria dos índices da educação básica, mas, principalmente, está relacionada à promoção da qualidade social da educação, conforme indicam os documentos legais (BRASIL, 2009a; BRASIL, 2009b; UNESCO, 2008; OEI, 2008; BRASIL, MEC/SEB, 2004).

Se documentos nacionais e internacionais colocam sobre o professor a responsabilidade pelo sucesso e permanência do aluno na escola, por outro lado, sabe-se de sua importância na gestão da educação, pois ele é um dos atores políticos fundamentais nesse processo.

Essa questão, no Brasil, não é recente. A educação como campo social é requisitada desde os anos de 1930, com o advento das práticas dos educadores novistas, ou escolanovistas.

Se naqueles anos reivindicava-se uma escola sob os auspícios da redenção (escola enquanto resolução dos problemas sociais), hoje, a questão social possibilita ao aluno do Ensino Fundamental, o acesso, a permanência e a realização em seus estudos, o que significa dinamicidade na correção de fluxo escolar, nada muito além disso.

Dessa forma, o trabalho docente como objeto de estudo não se esgota, apresenta várias concepções e campos de investigação, permite, ainda, levantar questões que merecem ser problematizadas. Kosík (2011) nos auxilia nesse sentido, ao tratar do mundo da pseudoconcreticidade e a sua destruição.

No texto, Kosik discute a dialética presente na práxis fragmentária dos indivíduos, que se assenta “na divisão do trabalho, na divisão da sociedade em classes e na hierarquia de posições sociais que sobre ela se ergue” (2011, p.14). Mostra que, nessa práxis, se forma “tanto o determinado ambiente material do indivíduo histórico, quanto a atmosfera espiritual em que a aparência superficial da realidade é fixada” (ibidem).

Essa realidade torna-se familiar ao indivíduo de tal forma que o leva a perceber os acontecimentos como se ocorressem naturalmente e de forma independente de sua atuação sobre o mundo. A isso, Kosik chamará de pseudoconcreticidade, como explica:

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade. A ele pertencem: o mundo dos fenômenos externos [...]; o mundo do tráfico e da manipulação [...]; o mundo das representações comuns [...]; o mundo dos objetos fixados [...] (KOSIK, 2011, p.15).

Assim, aquilo que se vê, o fenômeno, ao mesmo tempo em que revela a sua essência também a esconde. A essência do fenômeno é parcial, porém não é inerte, movimenta-se. Kosik esclarece “Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como, ao mesmo tempo, nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência” (2011, p.16).

Nessa perspectiva, compreende-se o trabalho docente como um fenômeno que se dá na prática social, num contexto concreto e situado no modo de produção capitalista.

Assim, este estudo, resultado de pesquisa bibliográfica, objetiva situar o trabalho do professor na política de ampliação e manutenção do ensino fundamental, ao mesmo tempo

procura trazer alguns elementos para a reflexão sobre o empreendedorismo e como ele está presente nas práticas da escola, afetando o trabalho docente.

Ora, por que o empreendedorismo é tão importante num momento dito de centralidade da Educação Básica? Não seria dobrar esforços, vista a atenção do Estado sobre a educação, principalmente no que se refere à expansão de todos os níveis e modalidades de ensino? A tese estaria correta se ocorresse de fato a manutenção. Porém o momento é de expansão, de busca de qualidade e de inclusão, mas, sob o ônus dos trabalhadores da educação. Portanto, o empreendedorismo é tão requisitado e necessário.

Por meio dele, tanto a expansão, quanto a necessária manutenção, ganham sobrevida. Ou seja, são os trabalhadores docentes que ao desempenharem suas funções, sofrem os auspícios pelo sucesso ou pelo fracasso escolar. Os sistemas de avaliação e de currículo, mediados pelos atuais índices de pontuação, são desenvolvidos, basicamente, sob as práticas que os educadores estabelecem. Portanto, a busca de desempenho individual, a busca do mérito e do estabelecimento de rankings entre estados, municípios e escolas passam a ser a razão de realização dos sujeitos encarregados pelo ensino.

A discussão da temática inicia-se situando o trabalho docente na política de ampliação do ensino fundamental; a seguir, traz as contribuições de Schumpeter, a partir do ideário liberal clássico, referente ao empreendedorismo. Na sequência, apresentam-se as práticas empreendedoras presentes hoje na sociedade e a sua repercussão na escola, afetando o trabalho docente.

O trabalho docente na política de ampliação do Ensino Fundamental

A universalização do Ensino Fundamental e sua ampliação tiveram o investimento do governo federal, a fim de alinhar-se às experiências internacionais, segundo o Plano de Desenvolvimento da Educação (HADDAD, 2008). Lembrando que o Ensino Fundamental esteve vinculado às metas dos governos federais nos últimos anos para a área da educação (Programa “Todas as crianças aprendendo”, por exemplo), uma vez que esse nível de ensino tornou-se uma oferta obrigatória por parte do Estado. A focalização no ensino fundamental é uma das medidas presentes na Reforma da Educação, inserindo-se numa reforma mais ampla do Estado.

Os documentos oficiais elaborados pela Secretaria da Educação Básica, vinculada ao Ministério da Educação (SEB/MEC), que tratam do Ensino Fundamental e de sua ampliação consolidada até 2010, tratam da necessidade de os professores se adequarem para a nova demanda, ou seja, a criança de seis anos, que passa a ter um convívio mais longo na escola. Com essa realidade, faz-se necessário alterar os tempos e os espaços escolares, além de implementar mudanças nas práticas pedagógicas, curriculares e avaliativas (BRASIL, MEC/SEB, 2004).

Dentre os documentos publicados, “A formação do professor do aluno de seis anos no ensino fundamental” defende que a natureza do trabalho docente implica uma postura investigativa da prática pedagógica, situando o professor num constante processo de formação, “na busca de uma qualidade social da educação” (BRASIL, MEC/SEB, 2004, p. 25). No mesmo documento, a Secretaria de Educação Básica exorta os professores, no sentido de que:

A reflexão dos profissionais da educação sobre a sua prática pedagógica para a construção de um projeto político pedagógico autônomo, bem como a implementação das diretrizes de democracia do acesso, condições para permanência e de democracia da gestão, são essenciais para a qualidade social da educação. É essa a escola que o governo está construindo com os profissionais da educação (BRASIL, MEC/SEB, 2004, p.26).

A legislação atual coloca os docentes diante de uma nova e complexa realidade, a criança de seis anos, que agora deixa a categoria da Educação Infantil e passa a ingressar no nível seguinte. A mudança não é pequena, muito menos simples, implica uma reestruturação da prática pedagógica, considerando que os docentes deverão seguir orientações referentes às questões pedagógicas, administrativas e de avaliação, decorrentes dessas mudanças.

O trabalho do professor, tanto em sala de aula quanto na escola em seu todo, passaram por mudanças significativas desde a implantação da LDB de 1996. Os artigos 13 e 14, desta lei, ampliaram as atividades dos professores para além da sala de aula, como participar: na elaboração do projeto pedagógico da escola, atuar no planejamento das atividades curriculares.

Oliveira (2003) observa: “o trabalho docente não é mais definido apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação” (p. 33). De lá para cá, exigem-se dos professores competências como a flexibilidade, a eficiência, habilidades em gestão e, ao mesmo tempo, uma formação permanente.

O modelo de gestão implementado afasta-se do movimento de democratização coletiva e classista, abraçando um ideal autocrático. O que significa correspondência ao mundo do trabalho, em que o operário, cada vez mais se responsabiliza pelo produto que ele manipula, perdendo o sentido e o controle de qualidade externo. Na escola, como na empresa, as metas são externas, existe um índice a ser alcançando, e esta só pode ter relativo sucesso pela soma individual de ações dos sujeitos, logo, a necessidade de engajamento de cada um para a “missão” da escola.

Nessa perspectiva, destaca-se aqui uma das atividades docentes, a de elaborar projetos, aparentemente uma questão comum, mas que, na prática, revela elementos de caráter liberal contrários às práticas de uma educação emancipatória e democrática. Faz-se aqui a referência aos projetos cujas temáticas desenvolvem nos alunos o espírito empreendedor.

Tais projetos partem do princípio de que cada um - seja professor ou seja aluno - tem dentro de si um potencial empreendedor e que bastaria desenvolvê-lo para obter sucesso naquilo que quisesse empreender, portanto, tão em voga as lições sobre poupança escolar, na qual os “sujeitinhos”, vão desde a tenra idade, aprendendo a poupar para poder, mais tarde, investir seu dinheirinho em algo útil e rentável.

Em uma cartilha divulgada pelo Procon (Proteção e Defesa do Consumidor), de autoria de Modernell (2010), um menino chamado Zequinha gostaria de ganhar um cavalo, porém seus pais pobres lhe dão uma porquinha de presente de aniversário, a qual ganha o nome de Poupança. Um dia em aula, a professora pede que Zequinha conte sua estória, como sua Poupança tem andado,

Zequinha, todo orgulhoso, contou com simplicidade, demonstrando uma sabedoria pouco comum para uma criança de seu tamanho. – A poupança é tudo o que eu tenho. E eu nunca me esqueci do que meu pai falou: “Cuide bem da Poupança para ela crescer e ficar forte. Faça isso e um dia você terá seu Cavalo e muito mais” (MODERNELL, 2010, p. 11).

Assim, um belo dia, a Poupança reproduz vários leitõezinhos, os quais Zequinha negocia por um Cavalo, e vai reproduzindo e se tornando um menino rico e poupador. Tudo graças ao empreendedorismo.

Num breve levantamento bibliográfico sobre o empreendedorismo, encontramos autores que, por meio de suas pesquisas, explicam a importância desse tema no contexto atual, do capitalismo. Seja o empreendedorismo como uma prática cultural inevitável, ou uma

habilidade a ser desenvolvida, ou uma possibilidade de combate às desigualdades sociais; e há aqueles que, criticamente, enumeram os efeitos perversos do empreendedorismo na constituição dos indivíduos na sociedade capitalista.

Para compreender, posteriormente, os diferentes posicionamentos sobre o empreendedorismo, como se transformou e ganhou notoriedade, nestas últimas duas décadas, situar-se-á, inicialmente, a temática nas propostas de Schumpeter, encontrando aí sua raiz liberal clássica.

O ideário liberal clássico e o empreendedorismo

Em seus estudos sobre a economia, Schumpeter, em meados do século XX, elaborou sua Teoria do Desenvolvimento Econômico, analisando a relação entre os lucros, o capital, o crédito, os juros e o ciclo econômico. Neste seu estudo, investiga e busca compreender como as mudanças ocorrem na vida econômica e quais os fenômenos econômicos que as ocasionam. Na análise, descreve as figuras do produtor, aquele que “inicia a mudança econômica”, e dos consumidores, “aqueles que devem ser educados, [...] ensinados a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daquelas que tinham o hábito de usar” (SCHUMPETER, 1985, p. 48).

Na compreensão de Schumpeter, diferentemente das mudanças de um produto que se modifica por pequenas etapas, são as “novas combinações de meios produtivos” que sinalizam um novo fenômeno, o desenvolvimento “consiste primariamente em empregar recursos diferentes, de uma maneira diferente, em fazer coisas novas com eles, independentemente de que aqueles recursos cresçam ou não” (1985, p. 50), ou seja, produzir.

Dessa forma, para Schumpeter, produzir “significa combinar (diferentemente) materiais e forças que estão ao nosso alcance” (1985, p. 48). O autor enumera cinco etapas que auxiliam a compreender essa produção inserida no desenvolvimento econômico, sendo elas:

A introdução de um novo bem ou uma nova qualidade de um bem [...]; introdução de um novo método de produção [...]; abertura de um novo mercado [...]; conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados [...]; estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria [...] (SCHUMPETER, 1985, p. 48).

Para Schumpeter, o diferencial para as possibilidades das novas combinações e a produção está na relação entre o crédito e a realização de inovações. Desse modo, o produtor,

ao utilizar o crédito fornecido pelo capitalista, tem a liberdade para desenvolver suas habilidades econômicas e obter o sucesso, ou seja, “talento na vida econômica 'cavalga sobre suas dívidas, em direção ao sucesso'” (1985, p. 51).

Analisando o crédito e a “nova combinação de meios de produção”, Schumpeter destaca o terceiro elemento do fenômeno do desenvolvimento econômico, o empreendimento e a figura do empresário, afirmando: “chamamos de ‘empreendimento’ a realização de combinações novas; chamamos ‘empresários’ cuja função é realizá-las” (grifos do autor) (1985, p. 54). Neste momento, o autor define o que seja, para ele, o ser empresário:

[...] não apenas aos homens de negócios “independentes” em uma economia de troca [...] mas todos que de fato preenchem a função pela qual definimos o conceito, mesmo que sejam, como se está tornando regra, empregados “dependentes” de uma companhia, como gerentes, membros da diretoria etc., ou mesmo se o seu poder real de cumprir a função empresarial tiver outros fundamentos, tais como o controle da maioria das ações. [...] não é necessário que ele esteja permanentemente vinculado a uma empresa individual (grifos do autor) (SCHUMPETER, 1985, p. 54)

Aqui, o autor nos alerta para a sua concepção de empresário, sendo ela diferente da tradicional, ou seja, aqueles que operam um negócio estabelecido seguem uma rotina estabelecida, não são para Schumpeter empresários, empreendedores. Por conseguinte, ser empresário não é “uma profissão [...] nem formam uma classe social” (1985, p. 56).

A ação do empreendedor, na economia, depende de sua intuição, da sua capacidade de prever as possibilidades de um empreendimento. Para o autor, “as realizações de combinações novas é ainda uma função especial, e o privilégio de um tipo de pessoa que é muito menos numeroso do que todos os que têm possibilidade objetiva de fazê-lo” (1985, p. 58). Quer dizer, empreender não é para todos.

Cabe ressaltar, ainda, a posição de Schumpeter quanto ao que impulsiona o empreendedor, mais do que do que o desejo de satisfazer as próprias necessidades ou distinção social ou alegria de criar, de fazer coisas, exercitar a engenhosidade, é “a propriedade privada, enquanto resultado da atividade empresarial, é um fator essencial” (1985, p. 65), para levar o empresário a sua atividade de inovação, combinações novas.

Portanto, a maneira como Schumpeter percebe o empreendedor, situado no desenvolvimento da economia de sua época, permite-nos acompanhar as diferentes práticas sobre o empreendedorismo da atualidade, levando-nos a algumas aproximações e possíveis

distanciamentos do que seja ser um empreendedor na economia do século XXI, conforme discorreremos a seguir.

O empreendedorismo e suas práticas

O trecho que segue, retirado de um jornal online, mostra como o capital busca novas alternativas para se manter e vencer as crises que afetam o mundo do trabalho:

[...] novas demandas estão se impondo como necessárias à inserção crítica e com autonomia no mercado de trabalho e colocando novos desafios à reinvenção da sua empregabilidade. O emprego, na ótica tradicional, já não dá conta das exigências planetárias de sobrevivência, de desenvolvimento sustentável, [...] Problematizar sobre novas possibilidades de emprego e alternativas criativas de sobrevivência, que contribuam para o desenvolvimento das comunidades locais e de processos mais amplos, passa a ser responsabilidade de todos(as) os(as) educadores(as) e profissionais que direta ou indiretamente participam da vida dos(as) jovens no nosso país. [...] É importante considerar o empreendedorismo como uma oportunidade a mais para a inserção crítica e com autonomia do jovem no mercado de trabalho [...] isso pode torná-lo capaz de socializar ideias, de trabalhar junto, de inovar num processo colaborativo, de realizar-se em processos criativos de trabalho, rompendo com dependência dos padrões tradicionais de emprego (ALBUQUERQUE, 2011, p. 1-2).

Esse recorte evidencia como a autora leva o leitor à reflexão acerca da necessidade de se formar jovens empreendedores. Albuquerque quer convencer o leitor que, diante das novas configurações do capital e do mundo do trabalho, é preciso ensinar ao jovem a se preparar para as incertezas, para enfrentar riscos e a vê-las como oportunidades.

Dessa forma, a autora sugere a inclusão da temática “empreendedorismo/protagonismo juvenil” nos currículos da escola, desde a educação básica até a universidade. O texto se alinha a outros textos encontrados em revistas impressas ou online que tratam da questão do empreendedorismo, dando, aparentemente, a impressão de que faz sentido discutir a temática, além de ser algo recente (a novidade!), seria a chave para a suposta “liberdade” baseada na autonomia e cidadania do jovem.

Outra notícia sobre o empreendedorismo, veiculada numa nota online, “Brasil é o sexto em empreendedorismo”, traz informações percentuais a partir da décima edição da pesquisa Global Entrepreneurship Monitor – GEM, que mede o nível de empreendedorismo em diversos países, realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP). Dentre outras

informações, temos o “empreendedorismo por oportunidade” caracterizado como aquele em que se aproveita uma aptidão pessoal ou se identifica com um nicho a ser explorado. Aqui, neste tipo de empreendedorismo, as mulheres, 53,4%, se destacam em relação aos homens, cujo percentual é de 46,6%. Outra informação na mesma nota, a partir de uma entrevista com o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, seria o aumento do número dos empreendedores brasileiros registrado em 2009. A nota finaliza com um alerta do presidente do Sebrae: “Não basta abrir o negócio mesmo quando observamos que o mercado está crescendo. É importante, para ter competitividade, criar produtos e serviços mais inovadores.” (AGÊNCIA BRASIL, 2011).

Do Jornal Estado de Minas, recentemente, Marcus Quintella, coordenador do MBA em Empreendedorismo e desenvolvimento de novos negócios da FGV/IBS, promove seu curso convencendo o leitor da importância do intraempreendedor na empresa. Esclarece que o intraempreendedor “se destaca pela ousadia, criatividade e todos os seus esforços estão voltados para o crescimento da empresa. [...] Disposto a assumir riscos que podem custar a sua trajetória [...] está em cargos estratégicos das empresas, como gestão de áreas de desenvolvimento de novos negócios.” (QUINTELLA, 2011, s/p). Porém enfatiza que o país se encontra no rumo certo e que tanto o intraempreendedor quanto o empreendedor se aproximam quando se entende que “Empreender e desenvolver novos negócios devem ser uma busca contínua para sustentar o equilíbrio e o progresso do mercado.” (ibidem).

As notícias acima querem destacar uma visão propositiva do empreendedorismo, bem como seus desdobramentos, e são compartilhadas por autores cujas pesquisas levaram a perceber a temática como uma prática cultural relevante, presente na subjetividade daqueles que buscam a criatividade, a ousadia no trabalho e que ser empreendedor é uma habilidade a ser desenvolvida ou que exista uma Inteligência Empresarial, dentre outros elementos. Nesta perspectiva, tem-se Cavalcanti e Gomes (2001), Pedrosa, Massukado-Nakatani e Mussi (2009), Schmidt e Bohnenberger (2009), Guimarães e Azambuja (2010).

Sob o título “Inteligência empresarial: um novo modelo de gestão para a nova economia”, Cavalcanti e Gomes (2000) apresentam o conhecimento como fator essencial da produção econômica. Denominam inteligência empresarial baseando-se no tripé conhecimento, inovação e empreendedorismo. A partir daí, divulgam um modelo para a gestão dos capitais do conhecimento.

Num sentido próximo ao anterior, Schmidt e Bohnenberger (2009), em “Perfil empreendedor e desempenho organizacional”, expõem sua pesquisa realizada junto a alunos de uma instituição superior, no intuito de construir e validar um modelo, para verificar a relação entre o perfil empreendedor dos pesquisados e o desempenho das empresas administradas por eles. Os resultados da pesquisa indicaram que o perfil empreendedor é construído multidimensional, composto por seis características (autorrealização, liderança, assumir riscos, planejador, inovador e sociável), e somente a autorrealização se mostrou relacionada ao desempenho, pois a proatividade e a agressividade competitiva se aproximam.

Buscando identificar na literatura aproximações existentes entre o “jeitinho brasileiro” e o perfil do empreendedor, Pedrosa, Massukado-Nakatani e Mussi (2009) apresentam o texto “A relação entre o jeito brasileiro e o perfil empreendedor: possíveis interfaces no contexto da atividade empreendedora no Brasil”. Aqui, os autores afirmam, tomando por base o relatório Global Entrepreneurship Monitor (2006), ser o Brasil um dos países com maior atividade empreendedora. Destacam que as dificuldades para sobreviver no ambiente de negócios local e pela “capacidade do brasileiro se adequar às diferentes situações e em ambientes distintos” (PEDROSO, MASSUKADO-NAKATANI e MUSSI, 2009, p.116) levam o indivíduo a desenvolver comportamentos diferenciados, que se aproximam ao “jeitinho brasileiro”.

Os autores Guimarães e Azambuja (2010), em “Empreendedores high-tech no Brasil: condicionantes econômicos, políticos e culturais”, tratam do empreendedorismo tecnológico no Brasil e atentam para uma mudança cultural, ou seja, profissionais com alta qualificação no contexto do avanço das tecnologias de informação e comunicação preferem correr os riscos a ter um emprego estável. Segundo os autores:

A flexibilidade das estruturas de emprego, seus riscos e incertezas podem ser percebidos como o custo a pagar pelo trabalho criativo e relativamente autônomo, altamente valorizado. Nesse sentido, esteja possivelmente se afirmando, uma “nova ética do trabalho”, o que poderia constituir-se em alerta às empresas no sentido de reorganização do trabalho, se quiserem reter profissionais high-tech (GUIMARÃES, AZAMBUJA, 2010, p.95).

Desse modo, os autores argumentam que habilidades específicas como conhecimento técnico e científico, iniciativa e flexibilidade intelectual levam o empreendedor, de maneira individual, a enfrentar as dificuldades e o custo dos movimentos cíclicos da economia.

Há ainda autores que entendem o empreendedorismo numa possibilidade de enfrentamento contra a pobreza, de inclusão social, como relatam as pesquisas de Gaiger (2009), Natividade (2009), Silva e Bezerra (2011).

Na óptica de Gaiger (2009), o empreendedorismo associativo cria oportunidades de trabalho, possibilitando aos que a ele se integram, de forma efetiva, uma participação cidadã na sociedade, ou seja, o indivíduo não apenas recebe o apoio, mas passa a atuar, desenvolvendo suas habilidades e transformando suas capacidades em rendimentos, Gaiger defende que a população mais pobre deve receber estímulo por parte do Estado a desenvolver suas capacidades para poder gerar renda e não apenas ter condições de recuperar suas condições de consumo.

Na perspectiva de políticas públicas indutoras ao desenvolvimento do empreendedorismo por necessidade, Natividade (2009), em seu texto “Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise”, avalia a participação feminina empreendedora pela criação da Secretaria Especial de Políticas da Mulher da Presidência da República (SPM). A autora destaca a participação das mulheres na economia como empreendedoras, porém, apesar da escolaridade dessas mulheres, elas não são qualificadas para essa atuação, pois seus saberes são construídos no contexto familiar, local e cultural. A pesquisa da autora relaciona diversas políticas públicas implementadas com seus limites e suas possibilidades, para dar suporte ao empreendedorismo feminino, inclusive a parceria com o Sebrae. Natividade (2009) vê de forma positiva as políticas públicas elaboradas para desenvolver ações empreendedoras entre as mulheres devido à grande participação delas como chefes de família. Afirma que, além das ações da SPM, outros ministérios deveriam trazer propostas para ampliar os atendimentos, desenvolver estratégias, considerando as especificidades locais de cada região.

Defendendo o empreendedorismo social como uma alternativa para a inclusão daqueles que estão fora da economia, temos Silva e Bezerra (2011), no texto “Empreendedorismo social e a educação popular: há relação teórica?” Os autores aproximam a temática à educação popular por entenderem que esta seria o elo para a efetivação do empreendedorismo social. Apoiam-se em Oliveira (2008) que defende o empreendedorismo social como sendo um “novo paradigma [...] para o enfrentamento da pobreza, da exclusão social por meio do fomento da solidariedade e emancipação social, do desenvolvimento humano, do empoderamento dos cidadãos, do capital social, com vistas ao desenvolvimento

local integrado e sustentável” (OLIVEIRA, 2008 *apud* SILVA e BEZERRA, 2011, p. 58,). Segundo Silva e Bezerra, por meio de projetos educacionais, seria possível conscientizar as pessoas a adotar comportamentos responsáveis e éticos, de forma a buscar a autossustentação, além de desenvolver habilidades empreendedoras.

Diferentemente desses autores acima, tem-se aqueles que se posicionam de forma crítica, que compreendem o empreendedorismo como uma prática presente no “novo espírito do capitalismo” e que, em vez de emancipação, leva à opressão do indivíduo, do trabalhador, tornando-o cada vez mais subordinado a lógica do capital.

Autores como Lima (2010), Antunes (2008) e Cêa (2007) situam o empreendedorismo como uma proposta liberal, uma adequação aos tempos de incertezas, flexibilização do trabalho, uma forma de deslocar o foco do trabalho decorrente dos problemas do capital para questões individuais, ou seja, a não qualificação do indivíduo para atuar no mercado de trabalho, seu despreparo para o enfrentamento das mudanças em andamento.

Na pesquisa de Lima (2010), “Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?”, o autor discute, diante do contexto da flexibilização e desterritorialização do trabalho, as questões de empregabilidade e empreendedorismo sob suas diversas formas. Analisa as mudanças na cultura do trabalho, expondo a contradição entre o discurso da autonomia do trabalho e sua maior subordinação, na lógica do empreendedorismo social. O autor situa o discurso do espírito empreendedor nas reformas do Estado nos anos de 1990, que, dentre outras práticas, veio acompanhado pelo programa de crédito para pequenos negócios de baixo valor com o apoio estatal e paraestatal, implementando, assim, o “empreendedorismo por necessidade”, ou seja, envolvendo “pessoas com negócios de baixo valor agregado e com menor possibilidade de sobrevivência.” (ibidem, p. 174). Na sequência de seu texto, Lima descreve a diversidade de empreendedores, sendo eles:

[...] autônomos, com distintos graus de formalidade, necessidade e precariedade. Desde o trabalhador sem qualificação alguma que vive de expedientes ou vendendo quinilhões nas ruas, ao trabalhador vinculado às novas tecnologias informacionais, trabalhando de forma desterritorializada, por projetos (2010, p. 178)

Por outro lado, o autor analisa o empreendedorismo coletivo, mas alerta sobre suas limitações a partir de novas formas de subordinação, atribuindo ao trabalhador a responsabilidade por sua permanência ou não no mercado de trabalho e das empresas se ajustarem aos moldes empresariais:

As cooperativistas passaram a ser vistas como alternativa possível através de ocupações de fábricas e sua recuperação sobre o controle dos trabalhadores; cooperativas organizadas por trabalhadores, por entidades governamentais, ONGs, sindicatos visando ao combate ao desemprego; formas alternativas de produção vinculadas a movimentos contraculturais e mesmo por empresas, com o objetivo de enxugamento da produção a partir da terceirização de atividades. Entretanto, a autonomia no processo de trabalho, num contexto de capitalismo reticular, cria novas formas de subordinação no mercado, independente de a cooperativa estar em redes de subcontratação com empresas, ou possuir produtos próprios. Para os trabalhadores [...] juntam-se na lógica explicativa e justificadora, que atribui ao trabalhador a responsabilidade em sua permanência, ou não, no mercado de trabalho, assim como de sua reprodução social. O mesmo ocorre com os processos autogestionários e formação de cooperativas. Estas, para sobreviverem e se apresentarem como modelos replicáveis, necessitam demonstrar viabilidade, o que pressupõe a adoção de modelos empresariais competitivos. [...] empreendimentos não apenas autogeridos, mas autossustentáveis (LIMA, 2010, p. 179-180).

Para o autor, tanto o empreendedor quanto o cooperado inserem-se no discurso do “novo espírito do capitalismo” (ibidem, p. 189), levando-os a internalizar a necessidade do aprimoramento constante, a flexibilização do trabalho e a preparação para as incertezas do futuro.

Numa análise crítica, Cêa (2007), em seu texto “Fundamentos da ideia do empreendedorismo e a formação dos trabalhadores”, discute nesta aproximação o empreendedorismo sob a óptica dos fundamentos materiais, pedagógicos e ideológicos. Nos fundamentos materiais, a autora apresenta dois aspectos; o primeiro, no contexto atual das relações capitalistas de produção, situa o desemprego que leva ao indivíduo a buscar, por conta própria, formas de superar as dificuldades de sobrevivência, incluindo aí “tomar a iniciativa de empresariar suas individualidades” (2007, p. 313), e o segundo aspecto, cabe ao Estado administrar a miséria e a pobreza. Assim, “a qualificação profissional, em especial, e a educação dos sujeitos, em geral, podem contribuir para o governo da miséria e para a contenção de conflitos sociais” (CÊA, 2007, p. 313). Quanto aos fundamentos pedagógicos, Cêa apresenta três instâncias que elaboram o discurso pedagógico sobre a educação empreendedora, sendo elas: o Sebrae, na missão de “soluções educacionais”, as contribuições de Fernando Dolabela, ao desenvolver a competência empreendedora, e os estudos de Lois Jacques Filion, pesquisador da Escola de Altos Estudos Comerciais de Montreal, divulgador do empreendedorismo em nível mundial.

Quanto aos fundamentos ideológicos, a autora parte das contribuições de Schumpeter e amplia a noção de empreendedorismo a partir das análises liberais de Fillion, para quem “A pessoa humana por trás deste homo *entrepreneurius* [empresendedor] tem o dever moral de melhor dominar a matéria e seu meio para oferecer melhores condições de aprimoramento para sua própria alma” (FILION, 1999*apud* CÊA, 2007, p. 321).

A autora, diante disso, posiciona-se e, ao mesmo tempo, questiona “a alma humana funde-se e se subsume à condição do ser social premida por uma forma historicamente determinada, como se fosse insuperável. Seria o capitalismo, então, comparado ao universo?”(2007, p. 321).

A educação, não sendo neutra, situa-se na sociedade liberal, que, por sua vez, atende a demanda do capital, incorporando o discurso da educação empreendedora, desenvolvendo práticas desde a mais tenra idade presente, a seguir, na pedagogia empreendedora.

A pedagogia empreendedora

A pedagogia empreendedora está associada ao nome de Fernando Dolabella que, posteriormente, em parceria com o Sebrae, desenvolverá iniciativas junto às escolas da educação básica - via projetos educacionais - formas de implementar sua metodologia de ensino objetivando a educação empreendedora com crianças de 4 a 17 anos de idade.

Dolabela (2011), apoiado pela Organização Não Governamental Visão Mundial e uma equipe de 20 profissionais da educação, elabora uma metodologia de trabalho e material didático de apoio para divulgar a sua pedagogia empreendedora.

Cêa (2007), ao analisar o livro de autoria de Dolabela, “Pedagogia Empreendedora” (2003), assevera que o autor é levado a “um raciocínio que parece indicar a universalização de características antes exigidas apenas àqueles que se dedicam às questões mercantis” (CÊA, 2007, p. 314). Isso significa afirmar que é possível desenvolver habilidades ou competência empreendedora a quem o desejar.

Por sua vez, Dolabela esclarece que a Pedagogia Empreendedora

Desenvolve o potencial dos alunos para serem empreendedores em qualquer atividade que escolherem: empregados do governo, do terceiro setor, de grandes empresas, pesquisadores, artistas, etc. E também, evidentemente, para serem proprietários de uma empresa, se esta for a sua escolha. Cabe ao aluno,

e somente a ele, fazer opções profissionais e decidir que tipo de empreendedor irá ser (2011, s/p).

No sítio de divulgação do trabalho de Dolabela, encontra-se a metodologia da Pedagogia Empreendedora. Esta metodologia consiste em promover palestras para sensibilizar os dirigentes da comunidade, mediante objetivos vinculados às tecnologias de desenvolvimento local, sustentável; proporcionando material didático para as escolas; livros e softwares para os professores e alunos. Nesse caminho, a implantação do projeto deve ter a anuência não só da escola, mas também dos professores, pois são estes que irão desenvolver junto aos alunos a metodologia para uma educação empreendedora. Para tal projeto, a preparação dos professores consiste em participar de um seminário com imersão de dois dias, assimilando aí a transmissão da metodologia da proposta. Para consolidar a educação empreendedora, professores e alunos participantes receberão materiais específicos. São eles:

Professores: Livro Pedagogia Empreendedora. Descreve fundamentos da metodologia e as estratégias de implementação. Cadernos de exercícios. São quatorze cadernos, um para cada série, da educação infantil ao ensino médio, contendo exercícios a serem aplicados durante todo o ano letivo. Os cadernos constituem um plano de aula e viabilizam a implementação com grande facilidade. Para os alunos: Mapa dos sonhos. É o caderno do aluno, onde ele irá descrever: o que é o seu sonho e como irá transformá-lo em realidade. **Livro A Ponte Mágica.** Um romance didático para o público infanto-juvenil, que conta a história de Luísa que, aos 11 anos, realiza o seu sonho empreendedor. **Software Minha Empresa.** Software de Plano de Negócios para os alunos que optarem por planejar uma empresa. (DOLABELA, 2011, s/p).

No ano de 2003, a proposta de Dolabela passou a ter como parceiro o Sebrae para promover a educação empreendedora. Nesse mesmo ano, Secretarias Estaduais de Educação do país, objetivando a preparação de alunos para o mercado de trabalho por meio do desenvolvimento de competências empreendedoras, firmam parceria com o Sebrae (SEBRAE/RN 2011).

No sítio do Sebrae, consta que, em 2001, o Sistema Sebrae, ao rever seus objetivos institucionais, dentre as prioridades estava a divulgação e a implementação da educação empreendedora a partir do ensino formal, direcionado as classes menos favorecidas das escolas públicas, às portas do mercado de trabalho e sem perspectivas (SEBRAE/RN 2011).

Cesar Vasquez, representante do Sebrae, em entrevista concedida a Thiago Lopes, da Folha Dirigida do RJ, ao falar da relação do Sebrae com a educação e a filosofia da instituição sobre o assunto, assim se posiciona:

[...] oferecemos ao mercado um conjunto de programas de educação para empreendedores. A maior parte é focada em gestão ou na capacitação dos gestores. Temos uma matriz educacional consagrada. A outra ponta é aquilo que a gente chama justamente de educação empreendedora em um conceito amplo, que trabalha, sobretudo, com jovens, mas também inclui outros grupos específicos, como mulheres, por exemplo. No caso dos jovens [...] Jovem Empreendedor. Trabalhamos em escolas do ensino fundamental e ensino médio, através da capacitação dos professores. É um programa transversal dentro da escola. Não entra como uma cadeira obrigatória para o aluno, mas sim trabalhando com os professores para que eles desenvolvam nos seus conteúdos pedagógicos a noção de empreendedorismo, fazendo ações práticas com seus alunos, como a simulação de criação de empresas. Dentro desse programa, temos o Primeiros Passos, de 6 a 14 anos, e a Formação de Jovens Empreendedores, voltado para o ensino médio. No caso do primeiro, já assinamos convênios com 19 municípios. [...] O outro programa [...] é o Desafio Sebrae. Ele é voltado para o público universitário. Já passaram por ele, até hoje, aproximadamente, 800 mil estudantes do Brasil inteiro. [...] O desafio consiste em um jogo, onde os estudantes pegam um determinado empreendimento como referência, simulam através de um software, com uma série de atividades a distância, onde os participantes precisam tomar decisões, que vão sendo pontuadas. [...] O desafio já está sendo disputado até internacionalmente, com equipes de países da América Latina jogando (LOPES, 2011, s/p).

Vasquez, referindo-se aos convênios dos municípios, fala do Estado do Rio de Janeiro, porém, quanto às ações e às práticas pedagógicas empreendedoras, não faz menção explícita ao programa de Dolabela, mas nos parece que o ideário da metodologia está presente.

Assim, partir da ação pedagógica empreendedora voltada à educação básica, para desenvolvê-la e aplicá-la no ensino superior, basta “um piscar de olhos”. Isso não nos surpreende, pois, na visão de instituições educacionais, tanto escolas, universidades quanto o Sebrae, o discurso do empreendedorismo é algo natural e irresistível.

A presença de Lois Jacques Filion ao Brasil, em seminário aberto às universidades, incentivando e promovendo as práticas empreendedoras não só entre os universitários, mas também entre os representantes das secretarias de educação, assim como o trabalho de Dolabela reforçam as análises de Cêa (2007) quanto aos fundamentos ideológicos sobre o empreendedorismo.

A concepção de empreendedorismo não é aquela apresentada de imediato por Schumpeter, “o inovador”, que realiza novas combinações, que produz. Na sociedade, a ideia recorrente é a de que “Não é necessário ser empresário para ser empreendedor. Cada um pode ser empreendedor em suas atividades diárias, como aluno, professor, profissional liberal ou até

mesmo empregado” (MENEZES, 2002 *apud* CÊA 2007, p. 318). Percebe-se o empreendedorismo descolado dos problemas do capital, da exploração dos homens, da precarização do trabalho, isso leva a uma naturalização do que é ser empreendedor e essa prática adentra a escola.

Mais ainda, temos um modelo de empreendedorismo atualizado, democrático e dinâmico, um neoempreendedorismo. Se o modelo schumpeteriano de empreendedorismo não era para qualquer um, e não ocorreria sempre, e não teria, no mesmo indivíduo, consequentes ocorrências, o modelo atual está adaptado ao liberalismo democrático.

Assim, todos podem ser empreendedores, não é preciso ser um sujeito especial e original, basta ter vontade, desejo e correr riscos. O empreendedorismo seria tipo um “tesouro a descobrir” (para lembrar DELORS, 2001), no qual todos têm incorporados uma vontade adormecida, que precisa ser liberada.

A literatura atual vulgariza a filosofia econômica de Schumpeter, fazendo um mix de teoria e prática de autoajuda e messianismo. O sujeito moderno, homem sem posses e sem prole, tem que se tornar um total flex, disponível, em disponibilidade e apto às tendências de mercado.

Não é um super-homem, pois não voa, não é um x-men, pois não é o senhor de dez sentidos, mas é um sobrevivente, que, abraçado aos fardos do capital, busca não ser improdutivo.

A escola, assim, finalmente, sai do campo do inatismo para a produtividade, para a formação dos novos heróis. Não se trata mais da sociedade dos homens de primeira linha, mas dos indivíduos de first class, tendo as razões tayloristas, mas adequando aos modernos chavões da gestão gerencial, da pedagogia gerencial, na qual os docentes devem adequar seu trabalho, para saírem do campo tiranossáuricos, e dançarem com seus alunos a dança das ilusões. Saírem do one best way para onde os “melhores caminhos são aqueles possíveis de fazermos”.

Empreendedorismos e as implicações no trabalho docente

Numa sociedade liberal como a nossa, a educação por ela propagada está pautada na liberdade do indivíduo em fazer suas escolhas, na meritocracia do seu esforço, cabendo-lhe buscar a sua própria educação, sua qualificação. Esse indivíduo, numa concepção de que “a

sociedade é igual para todos”, mediante a educação, teria autonomia para progredir e se emancipar, ser cidadão. Seria necessário, portanto, da parte dele o exercício da autodisciplina, do esforço próprio e da automotivação para alcançar o sucesso e a realização de seus sonhos.

Ricardo Antunes (2008), focalizando a crise capitalista e o trabalho, descreve a “nova engenharia produtiva”, que “objetiva ampliar as formas de agregação de valor, através de um redesenho sociotécnico de produção, criando novas formas de gestão e controle de trabalho” (p. 7) e caracteriza o empreendedorismo, o cooperativismo, a atividade voluntária, dentre outros, afirmando que isso leva “à proliferação de contratos desprovidos de direitos [...] desmontados em seus fundamentos. [...] Tal tendência leva a precarização do trabalho em escala global” (ANTUNES, 2008, p. 7).

Diante disso, como fica o empreendedorismo e o trabalho docente? O que seria um professor empreendedor?

Pode-se dizer que é aquele professor que passa a ser empreendedor de si mesmo. Quando passa a investir em si, no seu currículo, para tornar-se ou permanecer empregável.

Nesse caso, desenvolve habilidades empreendedoras para manter-se no trabalho docente e assim poder vencer as crises pelas quais as escolas de educação básica ou ensino superior passam e que respingam no professor.

Explicando melhor, o professor é “convidado” a reinventar-se a cada dia, a cada semestre para que alcance metas elaboradas pela instituição de ensino (que dantes tinham sido elaboradas pelos órgãos centrais) e, assim, como colaborador, ajudar a escola a ter um bom desempenho junto aos organismos internacionais, ao Estado, à comunidade. Ou ainda, para que o professor, estando bem qualificado, possa alcançar as metas estipuladas pela empresa-escola, a fim de ajudá-la a obter os índices estabelecidos pela sociedade competitiva.

O professor é inserido na cultura individualista e competitiva da sociedade, e a escola não foge disso. Para ser aceito por seus pares, pelos pais e alunos, busca freneticamente aumentar sua produtividade, sua qualificação, ser inovador, procura desenvolver atitudes de liderança, de adaptação, de flexibilidade. Não se trata mais do gorila amestrado do Taylor (1995), mas é um messias em pleno vapor, idealizando a sua salvação e a de seus alunos. Da escola, de seu bônus, etc.

Este professor, precisa, antes de tudo, ser um forte, acreditar, não se render à estafa, ao stress, não gozar férias, não reivindicar junto aos seus, não gastar suas energias em

assembleísmo, não tolerar descrentes, não ficar doente. Ele está acima do sobrenatural, do mundanismo, das coisas fúteis, das verdades.

Nesse cenário, desloca-se o foco do problema do capital, de suas crises e mazelas para as questões individuais. Ver-se como empreendedor e não como trabalhador, naturaliza o discurso do ser empreendedor, perdendo-se a percepção do coletivo, ocultando as condições precárias de trabalho, abafando os conflitos sociais e a luta da classe trabalhadora.

Considerações finais

Ao se problematizar o empreendedorismo, inclusive via projetos educacionais desenvolvidos na escola por professores, buscou-se desnaturalizar o discurso vigente no qual ser empreendedor é ter autonomia, é ter independência financeira para realizar seu sonho, é ter a possibilidade de exercer a sua cidadania participando do processo produtivo.

Ao contrário, o empreendedorismo consiste numa das formas de precarização do trabalho, levando o indivíduo a se responsabilizar unicamente por suas dificuldades financeiras e o insucesso naquilo que se propõe a fazer de forma produtiva.

Da mesma forma, apontaram-se as implicações no trabalho docente quando o professor incorpora o discurso do empreendedorismo e passa a ser empreendedor de si. Tal prática favorece ainda mais o individualismo e o faz perder a visão e o sentimento de classe trabalhadora.

Situados numa sociedade liberal, somos educados por seus princípios e vivemos cotidianamente cercados por práticas que enaltecem o individualismo, a meritocracia, o desejo pelo poder e pelo sucesso, a possibilidade de acesso aos bens de consumo. Assim, o empreendedorismo desperta desejos nos indivíduos, como, por exemplo, o de não ser mais empregado, mas patrão, incorporando, assim, a ideologia da classe dominante.

Cria-se uma concepção pseudoconcreta na qual o professor tem poderes para mudar os rumos da educação e da escola, e o aluno, um cidadão cliente tem poderes para, a partir de seu engajamento, superar suas mazelas sociais. Esta dupla dinâmica forma uma dobradinha especial, que, com o auxílio das forças do universo, torna a educação deste país na melhor educação possível, no melhor dos mundos possíveis. “Depende de nós”, passa a ter um significado de “depende de eu”.

Referências

AGENCIA BRASIL. **Brasil é o sexto em empreendedorismo**. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/economia/2010/04/brasil-e-o-sexto-do-mundo-em-empreendedorismo/?searchterm=empreendedorismo> Acesso em: 5 de junho de 2011.

ALBUQUERQUE, T. F. B. de S. Empreendedorismo jovem: ser, criar, criticar para transformar. **Revista Gestão Universitária**, n.271. Disponível em: http://www.editau.com.br/produtos_clipping.php Acesso em: 10 de junho de 2011.

ANTUNES, R. As formas de padecimento no trabalho, editorial especial. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.17, n.4, p7-10, 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000400002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso: em 5 de junho 2011.

APPLE, M. W. Controlando o trabalho docente. In: _____. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Trad. T.T. Silva, Tina Amado, Vera M^a Moreira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 31-52.

BALZANO, S. (Org.). **O desafio da profissionalização docente no Brasil e na América Latina**. Brasília: CONSED, UNESCO, 2007.

BRASIL, MEC/SEB. **Ensino Fundamental de nove anos: Orientações Gerais**. Julho de 2004.

_____. CONAE 2010. **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação**. Documento Referência, Brasília, 2009a.

BRASIL, MEC/CNE. **Indicações para subsidiar a construção do Plano Nacional de Educação 2011-2020**. Brasília, agosto 2009b.

CAVALCANTI, Marcos; GOMES, Elisabeth. **Inteligência empresarial: um novo modelo de gestão para a nova economia**. Produção, v.10, n.2, p.53-64, maio 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132000000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 5 de junho de 2011.

CÊA, G. S. S.. Fundamentos da ideia do empreendedorismo e a formação dos trabalhadores. In: _____. (Org.). **O estado da arte da formação do trabalhador no Brasil: pressupostos e ações governamentais a partir dos anos 1990**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2007. p.307-325.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC: UNESCO, 2001.

DOLABELA, F. **Pedagogia empreendedora**: ensino de empreendedorismo na educação básica. Disponível em: <http://fernandodolabela.wordpress.com/servicos-oferecidos/pedagogia-empreendedora/> Acesso em: 5 de junho de 2011.

DOSSIÊ Trabalho docente I. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v.23, n. 87, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 6 de fevereiro de 2012.

DOSSIÊ Trabalho docente II. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v.25, n. 89, set./dez., 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 6 de fevereiro de 2012.

ENGUIITA, M. F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, p.41-61, 1991.

FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M^a A. M.; FIDALGO, N. L. R. (Org.). **A intensificação do trabalho docente**: tecnologia e produtividade. Campinas: Papirus, 2009.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D.A. **Políticas docentes no Brasil**: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011.

HADDAD, F. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: INEP, 2008.

HYPOLITO, Álvaro L. M.. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas: Papirus, 1995.

KOSÍK, K. O mundo da pseudoconcreticidade e a sua destruição. In:_____. **Dialética do concreto**. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 9. reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p.13-25.

LIMA, Jacob C. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**. Porto Alegre, ano 12, n.25, p.158-198, set./dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000300007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 10 de junho de 2011.

LOPES, Thiago. Empreendedorismo: lição não apenas para os negócios, e sim para a própria vida. **Folha Dirigida**, Rio de Janeiro, 24/03/2011, clipping educacional online. Disponível em: http://www.editau.com.br/produtos_clipping.php Acesso em: 15 de junho de 2011

MODERNELL, A. **Zequinha e a porquinha Poupança**: educação financeira. Brasília: Positiva, 2010.

NATIVIDADE, Daise R. Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n.1, p.231-256, jan./fev. 2009. Disponível em: www.rap.org.br. Acesso em: 10 de junho de 2011.

NÓVOA, António. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n.4, p.109-139, 1991.

OEI. **Metas educativas 2020: educação que queremos para a geração dos bicentenários**. Versão em espanhol, 2008. Tradução para o português por Lélia Almeida e Cláudia B.S. P. Pinto.

OLIVEIRA, Dalila A. Mudanças na organização e na gestão do trabalho na escola. In: OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M^a F. F. (Org.). **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p.125-143.

_____. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.13-37.

OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, Livia M^a F. Pesquisa “**Trabalho docente na Educação Básica no Brasil**”, GESTRADO/FaE/UFMG. Belo Horizonte, 2010. 87 p.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Empreendedorismo social: da teoria à prática, do sonho à realidade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

PEDROSO, José Pedro Penteado; MASSUKADO-NAKATANI, Márcia Shizue; MUSSI, Fabrício Baron. A relação entre o jeitinho brasileiro e o perfil empreendedor: possíveis interfaces no contexto da atividade empreendedora no Brasil. **RAM-Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v.10, n.4, p.100-113, jul./ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712009000400006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 10 de junho de 2011.

QUINTELLA, Marcus. No rumo certo. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 16/06/2011. Disponível em: http://www.editau.com.br/produtos_clipping.php Acesso em: 10 de junho de 2011.

SCHUMPETER, J. A. O fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico. In: _____. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico**. Trad. M^a Silvia Possas. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p.43-66.

SCHMIDT, Serje; BOHNENBERGER, Maria Cristina. Perfil empreendedor e desempenho organizacional. **RAC**, Curitiba, v.13, n.3, art.6, p.450-467, jul./ago. 2009. Disponível em: www.anpad.org.br/rac Acesso em: 5 de junho de 2011.

SEBRAE/ Rio Grande do Norte. **Projeto Despertar**. Disponível em: www.rn.sebrae.com.br
Acesso em: 10 de junho de 2011.

SILVA, F. A. G.; BEZERRA, D. M. Empreendedorismo social e a educação popular: há relação teórica? **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n.120, edição especial, p.56-63, maio 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/current>
Acesso em: 10 de junho de 2011.

TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas, 1995.

UNESCO. **Relatório de monitoramento de educação para todos Brasil 2008**: educação para todos em 2015: alcançaremos a meta? Brasília: 2008.